



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

JEANE DE LIMA SOUSA MOURA

**DESCOBERTA DE QUAL PASSADO? UM OLHAR SOBRE A AMAZÔNIA
ATRAVÉS DOS RELATOS DE VIAJANTES SOB A ÓTICA DE UM LIVRO
DIDÁTICO REGIONAL**

Marabá - PA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Biblioteca Setorial Josineide da Silva Tavares

M929d

Moura, Jeane de Lima Sousa

Descoberta de qual passado? Um olhar sobre a Amazônia através dos relatos de viajantes sob a ótica de um livro didático regional / Jeane de Lima Sousa Moura. — 2023.

54 f. : il. color.

Orientador (a): Davison Hugo Rocha Alves.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Ciências da Educação, Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, Marabá, 2023.

1. Amazônia - História. 2. Livros didáticos. 3. História (Ensino fundamental). 4. História - Estudo e ensino – Pará. I. Alves, Davison Hugo Rocha, orient. II. Título.

CDD: 22. ed.: 981.115

Elaborado por Miriam Alves de Oliveira – CRB2/583

JEANE DE LIMA SOUSA MOURA

**DESCOBERTA DE QUAL PASSADO? UM OLHAR SOBRE A AMAZÔNIA
ATRAVÉS DOS RELATOS DE VIAJANTES SOB A ÓTICA DE UM LIVRO
DIDÁTICO REGIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como exigência parcial para obtenção do título de pedagoga com diploma de graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia da Faculdade de Ciências da Educação (FACED), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Campus de Marabá. Orientador: Prof. Dr. Davison Hugo Rocha Alves.

Marabá - PA

2023

JEANE LIMA DE SOUSA MOURA

**DESCOBERTA DE QUAL PASSADO? UM OLHAR SOBRE A AMAZÔNIA
ATRAVÉS DOS RELATOS DE VIAJANTES SOB A ÓTICA DE UM LIVRO
DIDÁTICO REGIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como exigência parcial para obtenção do título de pedagoga com diploma de graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia da Faculdade de Ciências da Educação (FACED), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Campus de Marabá. Orientador: Prof. Dr. Davison Hugo Rocha Alves.

Data da Aprovação: Marabá (PA), ____ de agosto de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Davison Hugo Rocha Alves (Orientador) – UNIFESSPA

Profa. Me. Paulo Sérgio da Costa Soares (Membro externo) UNIFESSPA

Prof Dr. Tiese Rodrigues Teixeira Júnior (Membro) - UNIFESSPA

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado à minha querida mamãe em lembranças, pois sem as boas lembranças criadas por você em minha vida, eu não teria conseguido, por isso, dedico esse trabalho como símbolo de gratidão por ter sempre me visto como uma mulher forte e capaz de ir longe e alcançar meus objetivos.

AGRADECIMENTO

A realização deste trabalho somente foi possível com o auxílio e incansável suporte daqueles que me rodeiam. Inicialmente agradeço a Deus, por me conceder o dom da vida e permitir que todas as coisas favorecessem para eu chegar até aqui.

Em segundo lugar, agradeço à minha família por sempre me apoiar e acreditar nos meus sonhos. À minha mãe, que apesar de está no céu sempre foi fonte inspiração e força infinitas, vezes pensei em desistir, e ao lembrar do seu carinho, amor, e principalmente do seu olhar de admiração para comigo que me fez continuar para chegar até aqui, a você mamãe que sempre acreditou na minha capacidade de alcançar os meus objetivos obrigados. Aos meus irmãos, que me têm como exemplo e sempre busco está preparada para ajudá-los.

Agradeço também meus filhos, a minha filha Maria Clara, que por todo esse tempo segura barra das tarefas do dia a dia, para que eu pudesse estudar, aos meus filhos que por várias vezes foram suporte de transporte para que eu pudesse chegar a universidade, ao meu filho Erick, quem sempre me apoiou, ate mesmo financeiramente, além de sempre está me ouvindo.

Destino agradecimentos aos melhores amigos de uma vida toda, em especial ao meu amigo Valdecy e Maria da Paz, que sempre me viu como uma pedagoga, sendo os maiores incentivadores para que fosse estudar pedagogia.

Não posso também deixar de agradecer aos meus colegas de trabalho, que inúmeras vezes, me incentivarem a continuar acreditando no meu potencial, obrigada a minhas coordenadoras de trabalho, Arionildes, Margaret, Luzinete, na qual aprendo muito sobre as práticas pedagógica e também são minhas incentivadoras, assim como minha querida Edineia e Raimundo, que também foram ao longo dessa jornada meus psicólogos obrigados amigos.

Outra pessoa bem importante nessa minha vida acadêmica e meu amigo e companheiro de trabalho Usiel que por muitas vezes, trocou seu horário de trabalho comigo, para que eu pudesse está na universidade, a companheira Regineide que muitas vezes, me ajudou em conseguir material de estudos, a todos meu muito obrigado.

Aos profissionais que tive o prazer de aprender e trabalhar através de estágios, Maria Alice, Edileusa, Nayra.

Não poderia deixar de agradecer às minhas amigas de faculdade, as quais dividiram comigo as dificuldades dos últimos períodos, Alessandrah, juntas, apresentamos os melhores seminários. Também agradeço ao meu orientador, que foi fundamental para que eu me apaixonasse por essa pesquisa, além de todo o auxílio que dispensou a mim.

Por fim, os meus sinceros agradecimentos a todos os professores que contribuíram para a minha formação, desde os que tive o contato durante ensino fundamental e médio até os que tive o prazer de conhecer na universidade.

Dentro do contexto universitário, todos os professores tiveram uma importância ímpar, na profissional que pretendo ser, mas tenho quatro professores que contribuíram de forma pessoal nesta jornada, minha professora Terezinha, mulher incrível que me ensinou muito sobre meu lugar de fala, meu professor e orientador Davidson, que desde o primeiro momento, viu em mim um potencial, que nem mesmo eu conseguiria enxergar, sua atenção e carinho foi muito importante nessa reta final da minha formação acadêmica ao meu querido professor Walber, que me proporcionou o meu primeiro artigo publicado, e também despertou o sonho de buscar um mestrado, por fim meu professor Tiese que entrou na minha vida em um momento muito difícil, em que passava por dores quase incuráveis, em que pensava em desistir, e ele me acolheu de forma humana e com muita empatia, a você minha gratidão!

Obrigada não somente pelo conhecimento transmitido, mas também pela amizade que construímos ao longo da vida, levarei o profissionalismo de vocês para onde for.

Muito obrigada!

“Mas é bom lembrar que sempre existe o reverso da medalha e o que podemos captar, dentro da precariedade de nosso conhecimento, sempre é uma aparência ou pelo menos, um lado, uma versão de um todo muito mais complexo, cujos mistérios se sucedem ininterruptamente, à medida que temos a ilusão de tê-los desvendados” (Gilberto Velho, 2021).

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho de conclusão de curso é refletir o passado, através da leitura do livro didático regional da Amazônia lançado pela PNLD em (2007), problematizar as lacunas deixadas sobre a prática, de cunho teórico e a metodologia na cidade de Marabá, por meio da narrativa de viagem nas séries iniciais do ensino fundamental no que se refere a região amazônica paraense. A problemática norteadora desta pesquisa é a seguinte questão: o que nos informam o livro didático Pará (2007) sobre a região amazônica no que se refere a literatura de viagem? Utilizou-se a metodologia de cunho descritiva seguida de uma abordagem qualitativa conforme aponta Gil (2010). Os autores que dialogamos nesta pesquisa bibliográfica foram Brasil (1998), Autores de diálogo das pesquisas de Alves (2020, 2022), Bittencourt (2019), Burke (2009), Cainelli (2011), Fonseca (2011), Teixeira JR (2022). Conclui-se que existe uma homogeneização amazônica no que se trata as questões do regional neste livro didático, não compreendendo a diversidade de Amazônia presentes em nosso território. Há um silenciamento construído sobre a região sudeste do Estado, limitada somente as questões agrárias, e as enchentes.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia; História Regional; Livro Didático Regional; Séries Iniciais do Ensino Fundamental.

ABSTRACT

The general objective of this final paper is to reflect about the past through the reading of Amazon's didactic book launched by the PNL on (2007), to problematize the gaps left in the practice of a theoretical nature and the methodology at Marabá city, via an travel narrative with the firsts grades of elementary school regarding the Pará's Amazon region. The guiding problem of this research is the following question: what does the didactic book Pará (2007) tell us about the Amazon region in terms of travel literature? The descriptive methodology was used followed by a qualitative approach as pointed out by Gil (2010). The authors that approached this bibliographic research is Brazil (1998, Autores de diálogo das pesquisas de Alves (2020, 2022), Bittencourt (2019), Burke (2009), Cainelli (2011), Fonseca (2011), Teixeira Jr (2022). Given the above, it is possible to conclude that there is an Amazonian homogenization when it comes to regional issues in this didactic book, not understanding the diversity of the Amazon present in our territory. There is a silencing built on the southeast region of the State, limited only to agrarian issues and the floods.

KEYWORDS: Amazon; Regional History; Amazon Didactic Book; firsts grades of elementary school

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capítulo 4: O ouro verde da floresta -----	37
Figura 2 – Alimentação na região amazônica -----	37
Figura 3 – Mercado do Ver-o-Peso-----	38
Figura 4 – Aldeia indígena na fronteira indígena do Brasil com a Guiana-----	39
Figura 5 – Expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira no século XVIII-----	40
Figura 6 – Imagem da igreja de Santo Alexandre em Belém-----	40
Figura 7 – Belém: “cidade das mangueiras” -----	41
Figura 8 – A Igreja das Mercês e o Palácio Lauro Sodré-----	41
Figura 9 – O olhar dos viajantes e a descoberta do passado -----	42
Figura 10 – Artista francês Hércules Florence-----	42-
Figura 11 – A floresta brasileira (1872) -----	43
Figura 12 – Índios Jurupixuna com máscaras de entrecasca de Joaquim Codina ----	43

Figura 13 – Porção do Rio Negro e Amazonas entre duas vilas de Barcellos Óbidos-	
44	

Figura 14 – Dom João VI no Brasil, Jean Baptiste-Debret-----	44

Figura 15 – Vasos da cultura tapajônica localizadas no Museu Paraense Emílio Goeldi-
45-----

LISTA DE QUADROS

Tabela 1 – Temas abordados no livro didático História: Pará, 2007. ----- 34

Tabela 2 – Seleção de obras de viajantes no livro didático História: Pará, 2007. --45

LISTA DE SIGLAS

AI – 5 – Ato Institucional número cinco

AGB – Associação de Geógrafos do Brasil

ANPUH – Associação Nacional de História

EMC – Educação Moral e Cívica

EPB – Estudos de Problemas Brasileiros

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PNLD – Plano Nacional do Livro Didático

MEC – Ministério da Educação

OSPB – Organização Social e Política do Brasil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
DESCOBERTA DE QUAL PASSADO NA SALA DE AULA?	14
2 CAPÍTULO I – OLHANDO O PASSADO PELA NARRATIVA E VIAGEM: FONTE HISTÓRICA E REPRESENTAÇÕES CULTURAIS	17
2.1 O LIVRO DIDÁTICO É UM OBJETO CULTURAL PRESENTE NA SALA DE AULA	26
2.2. O USO DE FONTES HISTÓRICAS NA SALA DE AULA	31
3 CAPÍTULO II: O RELATO DE VIAJANTES COMO FONTE HISTÓRICA.	35
3.1. O LIVRO DIDÁTICO HISTÓRIA – PARÁ E SUA ABORDAGEM EM SALA DE AULA ATRAVÉS DAS FONTES HISTÓRICAS	35
3.2. OS RELATOS DE VIAJANTES PRESENTES NO LIVRO DIDÁTICO AMAZÔNIA LEGAL E SUA ESCRITA ESCOLAR	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
OLHANDO O PASSADO POR NOVAS LENTES	48
REFERÊNCIAS	54

INTRODUÇÃO

Descoberta de qual passado na sala de aula?

Eu sou Jeane de Lima Sousa Moura, mulher de 49 anos negra, nascida numa cidade do Maranhão, chamada Buriti Cupu, que só se reconheceu como tal após ingressa na universidade aos 44 anos, mãe de 5 filhos e avó de um neto, ao longo da vida repetiu falas de uma sociedade machista e preconceituosa, falas essas que foi se modificando ao longo da graduação de pedagogia na universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa).

Sobre esse contexto de reconhecimento, vale ressaltar que a cultura faz parte desse processo, diante dessa forma de pensar, veio um questionamento, sobre a cultura da região, como a cultura e história local é passada aos alunos das séries iniciais, onde se tem o primeiro contato com essa história, diante dessa inquietação, a importância da pesquisa que vem do professor-pesquisador e do pedagogo(a) usar fontes históricas na sala de aula.

A ciência história não é somente datas e fatos, mas a interpretação que se faz dos processos históricos. Neste contexto histórico tem falas, escritas, objetos, lugares, e várias outras fontes de pesquisa, sobre ponto de vista dos povos que passaram ao longo do tempo sobre cada região, neste processo, como a região amazônica foi vista por eles? De que forma estão sendo relatados nos livros didáticos das séries iniciais? Dentro dessa história, como aparece os relatos dos viajantes sobre a cidade de Marabá nos livros Didáticos, das séries iniciais?

O presente trabalho de conclusão de curso encontra-se dentro das leituras do passado que estão presente no livro didático regional de História lançado pelo Plano Nacional do Livro Didático no período de 2007 a 2010. A temática de pesquisa surgiu após as disciplinas de cunho teórico-metodológico, e porque não dizer prática na cidade de Marabá durante a disciplina Conteúdo e Ensino de História, e as diversas abordagens históricas que podem ser evidenciadas em sala de aula através do uso de fontes históricas no trabalho do professor-pesquisador¹.

¹ Usamos o conceito de professor-pesquisador a partir da leitura de Pedro Demo (1996, p. 125) defende que os professores devem ir além da transmissão de conhecimento e se envolver ativamente na produção e aplicação de conhecimentos em suas práticas pedagógicas. O professor-pesquisador, segundo Demo, é um agente de transformação na educação, capaz de promover melhorias significativas no ensino e aprendizagem.

A estrutura de ideias elencadas nesta produção acadêmica, inicia-se por compreender o lugar do debate dentro da legislação educacional PCN (1998) no que tange a temática do uso de fontes históricas no ensino de História enfocando as narrativas de viagem especificamente. Apresentamos as perspectivas da história cultural e o conceito de representação cultural no processo de ensino e aprendizagem. Posteriormente, iremos abordar as perspectivas historiográficas do livro didático como objeto cultural importante na prática educativa. No segundo capítulo, procuramos evidenciar a partir de um livro didático regional de maneira interdisciplinar o uso de narrativas de viagem para o processo de ensino e aprendizagem, sempre lendo este material a contrapelo, conforme aponta o pesquisador Walter Benjamin².

A escolha deste tema de pesquisa deveu-se a percepção verificada de uma lacuna na historiografia paraense no que se refere a análise de livros didáticos regionais tendo como recorte temporal do objeto de análise o início do século XXI. Tem se já no debate historiográfico uma produção voltada para a história das disciplinas regionais, por exemplo, mencionamos o trabalho do professor Davison Hugo Rocha Alves ao estudar a criação da disciplina Estudos Amazônicos³ e a tese de doutoramento do professor Geraldo Magella de Menezes Neto⁴. As contribuições do pesquisador Tiese Teixeira Júnior⁵ nos ajudam a problematizar os caminhos de uma disciplina regional bem como um professor intelectual que produz livros didáticos no Pará⁶.

Olhando o livro didático regional como produto cultural e fonte de pesquisa histórica. Portanto, a pesquisa quer avançar no debate historiográfico regional no que tange as leituras pensadas sobre o espaço amazônico a partir de um livro didático regional. Nossa pesquisa pretende construir uma leitura do passado educacional a

² Walter Benjamin (2011, p. 59) destaca que a leitura a contrapelo de Walter Benjamin é uma prática de leitura crítica que busca subverter as narrativas hegemônicas e desenterrar as vozes marginalizadas, questionando as interpretações convencionais da história e revelando suas contradições e potenciais transformadores.

³ Alves, Davison. A disciplina Estudos Amazônicos e seus livros didáticos (1990 – 2000). Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2020.

⁴ Menezes Neto, Geraldo Magella. Da “História do Pará” aos “Estudos Amazônicos”: os livros didáticos regionais entre produções e usos (séculos XX-XXI). Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

⁵ Teixeira Jr, Tiese. Ditos e Escritos sobre os estudos amazônicos, no ensino básico do Estado Pará. bilros, v. 7, p. 14-24, 2016.

⁶ Teixeira Jr, Tiese. Estudos Amazônicos: Ensino Médio. 3ª edição, Belém: Paka-Tatu, 2022. Estudos Amazônicos: Ensino Fundamental. 1ª edição, Belém: Paka-Tatu, 2010.

partir dos materiais didáticos lançados pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). A presente pesquisa quer problematizar o que nos informam o livro didático Pará (2007) sobre a região amazônica no que se refere a literatura de viagem?

Por fim, cabe-se ressaltar que o uso de fontes históricas no ensino de história, a partir da análise do livro didático regional possibilita observar o olhar dos viajantes e a descoberta pelo passado nas impressões sobre o espaço amazônico. A região sudeste do estado não é somente questões agrárias mais existem outros temas, problemas e abordagens que podem ser evidenciados nas aulas de História e de Estudos Amazônicos. A nossa pesquisa é compreender os limites de uma produção didática regional no que tange a discussão homogeneizadora sobre a cidade de Belém, por exemplo, como espaço de vivências, saberes e lutas na Amazônia paraense. O objetivo geral, no entanto, é refletir sobre esses saberes escritos no livro didático da Paiva, problematizando o olhar local sobre a cidade Marabá, para isso fazemos um paradigma do contexto histórico do olhar dos viajantes sobre a região amazônica do sul e sudeste do Pará, o trabalho está organizado em dois capítulos tem como metodologia de cunho descritiva seguida de uma abordagem qualitativa conforme aponta Gil (2010). e seguiremos com debate da seguinte forma, na introdução fazemos uma pergunta. Descoberta de qual passado? para tentar responder no capítulo I trazemos, o debate historiográfico do uso de fontes históricas no ensino e na pesquisa histórica, olhando o passado pela narrativa e viagem: fonte histórica e representações culturais, no 1.1 a renovação historiográfica do ensino de história: novos temas, novos problemas e novas abordagens, no 1.2 o livro didático é um objeto cultural na sala de aula, no 1.3 uso de fontes históricas na sala de aula, capítulo II o relato de viajantes como fonte histórica, no 2.1. o livro didático Pará e sua abordagem em sala de aula através das fontes históricas, no 2.2. os relatos de viajantes presentes no livro didático Amazônia legal e suas escritas finalmente nas considerações finais olhamos esse passado sobre novas lentes.

CAPÍTULO I – OLHANDO O PASSADO PELA NARRATIVA E VIAGEM: FONTE HISTÓRICA E REPRESENTAÇÕES CULTURAI

O primeiro capítulo deste trabalho de conclusão de curso tem como finalidade situar o debate historiográfico do uso de fontes históricas no ensino e na pesquisa histórica, a partir de dois caminhos que são eles: o lugar da história cultural no saber e fazer histórico aproximando-se da discussão do uso de fonte histórica das narrativas de viagem e o debate sobre os materiais didáticos de História a partir do uso e abuso do livro didático de História.

O capítulo está assim dividido: iniciaremos apresentando o debate do ensino de História e as leituras do passado que são veiculadas no espaço escolar, a aproximação com a historiografia francesa a partir dos novos problemas, novos temas e novas abordagens no ensino de História fazendo o movimento do internacional ao nacional com a Nova História Francesa e os debates no ensino de História de crítica ao ensino de História pensado pela ditadura militar, que posteriormente nos anos 90 do século XX serviu de base para pensar os Parâmetros Curriculares Nacionais de História (PCN/H) é a chave de leitura principal da seção 1.1 deste trabalho de conclusão. Na seção 1.2 optamos por aproximar esse debate historiográfico do tema deste trabalho de conclusão de curso, ou seja, do livro didático de História sendo caracterizado como objeto cultural complexo no espaço de sala de aula iremos realizar o diálogo historiográfico com os autores do campo do ensino de história e a historiografia didática dos materiais impressos lançados pelo Ministério da Educação (MEC) no início do século XXI. Na seção 1.3 abordaremos o uso de fontes históricas na sala de aula para problematizar o passado no tempo presente podem ser usadas pelos professores de ministram a disciplina de História na educação básica nos anos iniciais do ensino fundamental. Partimos aqui da chave de leitura que a presença do passado está em todo lugar, portanto, o professor pode mobilizar as categorias e os conceitos nos cantos da cidade, nos livros didáticos regionais, nos arquivos familiares, nos sites oficiais da prefeitura ou do governo do Estado, por exemplo, nos encartes lançados para divulgar os sujeitos, lugares e perspectivas sociais.

2.1.A RENOVAÇÃO HISTORIOGRÁFICA DO ENSINO DE HISTÓRIA: NOVOS TEMAS, NOVOS PROBLEMAS E NOVAS ABORDAGENS

Neste subtítulo, trazemos a história Nova é um movimento historiográfico que emergiu na França durante as décadas de 1970 e 1980. Também conhecido como *Annales da Nova História*, o movimento foi uma continuação da Escola dos *Annales*⁷, que havia sido fundada por Marc Bloch⁸ e Lucien Febvre⁹. A Escola dos *Annales* representou uma ruptura significativa com a historiografia tradicional, que se concentrava principalmente em eventos políticos e narrativas políticas lineares. Em contraste, os historiadores dos *Annales* propuseram uma abordagem mais abrangente, interdisciplinar e estrutural para a história.

A História Nova buscava uma abordagem interdisciplinar e uma ampliação dos temas e métodos de pesquisa histórica. Os historiadores da História Nova procuravam compreender os fenômenos históricos não apenas em termos políticos e econômicos, mas também em relação à cultura, mentalidades, demografia, meio ambiente e outras áreas de estudo (Burke, 2009, p. 35). Essa nova abordagem histórica foi influenciada pela sociologia, antropologia, geografia e outras disciplinas das ciências sociais. Os historiadores da História Nova buscavam contextualizar os eventos históricos dentro de estruturas mais amplas e longas durações temporais, destacando a importância dos processos sociais e culturais de longo prazo na formação da história (Burke, 2009, p. 42).

Na terceira geração da Escola dos *Annales*, que compreendeu o período da década de 1960 em diante, houve um intenso debate em torno da história cultural.

⁷ Segundo Peter Burke (2009, p. 63) A Escola dos *Annales*, também conhecida como Movimento dos *Annales*, foi uma corrente historiográfica que surgiu na França no início do século XX, fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre. O movimento foi denominado "Annales" em referência à revista "Annales d'histoire économique et sociale", que se tornou o principal veículo de publicação dos historiadores da escola. A Escola dos *Annales* representou uma ruptura significativa com a historiografia tradicional, que se concentrava principalmente em eventos políticos e narrativas políticas lineares. Em contraste, os historiadores dos *Annales* propuseram uma abordagem mais abrangente, interdisciplinar e estrutural para a história.

⁸ Marc Léopold Benjamin Bloch (1886-1944) foi um relevante historiador - sobretudo um grande medievalista -, editor e um dos fundadores da Escola dos *Annales*. Disponível em Ebiografia. Acessado em https://www.ebiografia.com/marc_bloch/ 9 de jun. de 2023

⁹ Lucien Febvre foi um Historiador francês nascido em 1878 e falecido em 1956. Em colaboração com Marc Bloch, fundou os *Anais de história econômica e social* (1929), uma revista que revolucionaria o pensamento e a investigação historiográficos. Disponível em Infopedia: dicionário de portos editora. Acessado em [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$lucien-febvre#:~:text=Historiador%20franc%C3%AAs%20nascido%20em%201878,pensamento%20e%20a%20investiga%C3%A7%C3%A3o%20historiogr%C3%A1ficos.](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$lucien-febvre#:~:text=Historiador%20franc%C3%AAs%20nascido%20em%201878,pensamento%20e%20a%20investiga%C3%A7%C3%A3o%20historiogr%C3%A1ficos.) 9 de jun. de 2023

Esse debate refletiu uma mudança de ênfase dos Annales em relação aos estudos culturais e uma reavaliação da importância da cultura na análise histórica Burke, 2009, p. 125. A terceira geração dos Annales procurou incorporar abordagens mais próximas das ciências sociais, como a antropologia e a sociologia, para entender a cultura como um elemento central nas dinâmicas históricas (Burke, 2009, p. 128). Ao fazer isso, os historiadores dos Annales buscaram ir além das estruturas econômicas e sociais para examinar as práticas, as representações e as mentalidades das pessoas do passado (Burke, 2009, p. 129).

Esse movimento em direção à história cultural na terceira geração dos Annales gerou debates significativos dentro do campo historiográfico francês. Houve uma tensão entre aqueles que acreditavam que a história cultural deveria ser o foco central e aqueles que argumentavam que ela deveria ser apenas mais um aspecto a ser considerado, Burke 2009, p. 136. Alguns historiadores argumentavam que a história cultural permitia uma compreensão mais profunda das experiências humanas, das identidades coletivas e das representações simbólicas. Eles defendiam que a cultura influenciava e era influenciada pelas estruturas sociais e econômicas, e, portanto, não poderia ser negligenciada na análise histórica, (Burke 2009, p. 137).

Durante a década de 1970, a historiografia francesa passou por uma série de mudanças significativas, abrindo espaço para novos problemas, abordagens e temas de pesquisa. Essas transformações refletiram uma maior diversificação e ampliação das áreas de estudo histórico na França (Burke, 2009, p. 138). Essas mudanças na historiografia francesa dos anos 70 refletiram uma abertura para novos problemas, abordagens e temas, ampliando a compreensão do passado além das narrativas políticas tradicionais (Burke, 2009, p. 139). Essa diversificação permitiu uma análise mais rica e complexa da sociedade, incorporando perspectivas e vozes que haviam sido negligenciadas anteriormente. Podemos mencionar como renovação desta prática historiográfica os seguintes campos de pesquisa: história social, história das mulheres e gênero, história cultural, história das mentalidades e história das minorias e da imigração.

História Cultural é um campo de estudo dentro da disciplina da História que se concentra na análise e interpretação das práticas culturais e das expressões simbólicas de uma determinada sociedade ao longo do tempo (Burke, 2005, p. 63). Em vez de se concentrar apenas em eventos políticos ou econômicos, a História Cultural busca entender como as ideias, valores, crenças, comportamentos e práticas

culturais moldam a sociedade e como, por sua vez, a sociedade influencia a cultura (Burke, 2005, p. 63).

Os historiadores culturais examinam uma ampla gama de fontes, incluindo arte, literatura, música, teatro, filmes, arquitetura, rituais religiosos, festivais, práticas de consumo, moda, esportes, os livros didáticos e muito mais (Burke, 2005, p. 65). Eles procuram compreender o significado dessas expressões culturais e como elas refletem as experiências, identidades e relações de poder de um determinado grupo ou sociedade (Burke, 2005, p.65).

A abordagem da História Cultural reconhece que a cultura não é um conjunto estático de tradições, mas algo que está constantemente em mudança e em interação com outros aspectos da vida social (Burke, 2005). Ao estudar a cultura, os historiadores podem obter insights sobre questões mais amplas, como estruturas sociais, ideologias, relações de gênero, raça, classe, identidades coletivas e formas de resistência ou subversão (Burke,2005,69).

A História Cultural também valoriza as perspectivas dos grupos marginalizados e sub-representações, buscando resgatar suas vozes e experiências históricas (Burke 2005, p.71). Ela desafia abordagens tradicionais que tendem a se concentrar apenas em elites ou figuras proeminentes, buscando uma compreensão mais abrangente e inclusiva da cultura e da sociedade (Burke, 2005,72).

Jacques Le Goff contribuiu para o fazer histórico nos anos 1970 ao enfatizar a importância da história social, cultural e das mentalidades. Sua abordagem interdisciplinar e sua atenção às experiências cotidianas das pessoas comuns ajudaram a enriquecer e diversificar a historiografia da época, influenciando gerações subsequentes de historiadores (Burke, 2009, p.155). Um aspecto central do trabalho de Le Goff foi a atenção dada à cultura popular e às práticas cotidianas (Burke 2009,p.157). Ele argumentava que a história não deveria se limitar apenas às elites políticas e econômicas, mas também deveria incorporar a vida e as experiências das classes populares. Le Goff investigou festivais, rituais, tradições, mitos e outras expressões culturais que moldavam a vida das pessoas comuns (Burke, 2009,p.158).

As concepções teórico-metodológicas da Nova História, originada dos repercutiram em muitas e práticas de ensino de história. E essa repercussão ocorreu não só na França, seu lugar de origem. No Brasil, notadamente em escolas dos grandes centros urbanos, a partir da década de 70, muitas

propostas de mudanças do ensino de história apresentaram-se sob a égide da Nova História buscando-se, com essa fundamentação, assegurar o caráter inovador das novas propostas (Neves, 2003, p. 157).

De acordo com Fonseca (2009) As lutas a acerca da disciplina de história, O golpe militar de 1964, traz consigo a necessidade de revigorar o ensino de educação moral e Cívica, com o intuito de doutrinar a segurança social com isso esvaziar o ensino de história nas escolas, descaracterizando este ensino. Em 12 de dezembro de 1969 , época governado pelo ministro da marinha e exército Aeronáutico amparado AI- 5¹⁰, e instituído o decreto 869 , que obrigava a inclusão da disciplina de moral e cívica como ensino no país em todos graus de ensino e nível superior graduação e pós – graduação, como estudos de problemas Brasileiros, para se ter esse controle do ensinar na disciplina, foi criada então a comissão Nacional de moral e Civismo , os participantes dessa comissão, eram nomeado pelo própria presidente da república, e eram privilegiados, por serem considerado o interesse nacional.

Com visão patriótica, “pode se dizer assim” o ensino de História foi sutilmente vinculado atrás do decreto 68.065/71 aos princípios da Educação Moral e Cívica, neste contexto os professores de história e geografia são obrigados a ministra essas disciplinas ligadas diretamente ao civismo, ficando claro que o elitismo e o controle do conselho de segurança sobre os pensamentos dos cidadãos, com intuito de inibir qualquer oposição ao regime autoritário da ditadura militar.

Diante de todo esse contexto histórico o ensino de história foi alvo de especial de planejamento da educação, haja visto que sua autonomia, poderia influência nas medidas ao regime autoritário do A-5¹¹, neste processo da ditadura militar o professor era deliberadamente desqualificado, sendo controlado pela ditadura, com um ensino totalmente subordinado, a essa imposição estando acentuada dentro dos livros didáticos, que ecoavam essa polarização. Esta desqualificação perpassava desde da ideia do governo em torna algumas áreas de formação desnecessária e por vez bem menores que outras considerada importantes na formação de mão de obra, no

¹⁰ O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados. Para saber mais sobre AI-5 em tempos autoritários, ver: Munteal Filho, Oswaldo; Freixo, Adriano de; Ventapane, Jaqueline. Tempo Negro, Temperatura Sufocante: Estado e Sociedade do Brasil do AI-5. Rio de Janeiro: Contra Corrente, 2008.

entanto as licenciaturas eram vista como mercadorias de conhecimentos, sem importância, sendo na visão da elite necessário somente a classe social da burguesia, dividindo assim a sociedade em duas classes sociais, em que uma detém o poder do dinheiro e os melhores estudos, e outra como geradora de mão de obra para o mercado de trabalho e com mínimo de direito, ou sem direito algum.

Nesta construção social, a luta pelo ensino de história autônomo, perpassou pela reforma universitária de 1968 que abrange a graduação e pós graduação, porem segundo Fonseca(2009) era mais uma faceta governo que oferecia uma falsa democracia, pois desmobilizava os movimentos estudantis assim como também atacava a autonomia universitária e as críticas no interior dessas instituições, algumas das medidas criticadas pela essa reforma eram: departamentalização, matrícula por disciplina, unificação do vestibulares, o regime de entrada nas universidades por classificação, o controle ideológico de professores e administração, a fragmentação do cursos, o modelo administrativo empresarial, modelo estes já existente na lei 5.540/68.

Em 1971 a reforma do 1ª e 2º grau, vem com a mesma proposta da reforma universitária, na qual se destaca o período escolar obrigatório, já garantido na constituição federal, sendo estes obrigatório que de 7 a 14 anos, esteja estudado e concluído o ensino de primeiro grau assim escrito na época, este começava da 1ª a 8ª série, sendo o ensino de 2º grau voltado para a profissionalização do aluno, no entanto foi alvo de muitas críticas. Em 1982, o MEC sanciona a lei 7.044 e altera alguns objetos de discussões do 2º grau, no entanto apesar de algumas alterações, não foi mudado alguns dos pontos de discursão e alvo das críticas, dos pontos positivos podemos dizer que o aumento das matrículas foram uns deles, haja vista que se tornou, mas perceptíveis a evasão escolar e exclusão social, outro fator também perceptivo foi a repetência.

Ao longo dos séculos a ciência História vem se apresentando com um aumento cultural capaz trazer transformações relacionadas a política e a cultura industrial, a disciplina de História também está presente neste espaço de discursão. Ao revisitar esses fatos históricos, percebemos que as características de políticas educacionais, passaram por mudanças no final dos anos 70 e ao longo dos anos 80 com configuração significativas de um amplo debate social no intuito de problematizar e troca experiência, num movimento para repensar a legislação que foi elaborada na época da ditadura militar, esse movimento surge para problematizar, a disciplina de

Educação Moral e Cívica, que vem e veio acompanhadas de lutas por eleição diretas para governadores e a reformulação dos currículos na maioria dos estados brasileiros, esse movimento começou no Acre se estendeu ao Rio de Janeiro e ao sul do país (Fonseca, 2009,p.25).

Durante os anos 80 do século XX, os historiadores começaram a pensar o passado a partir de novos temas, novos problemas e novas abordagens que refletiram especificamente na trajetória da disciplina História e tiveram um impacto presente na historiografia posteriormente nos anos 1990. Por exemplo, a inserção da temática cultura durante o período de redemocratização já se fazia presente nas perspectivas historiográficas brasileiras,

Em fins da década de 1980, o marxismo perdeu espaço na academia em detrimento da nova história francesa característica da 3ª Geração dos Annales e da história social inglesa. O impacto se fez sentir nas escolas somente a partir da década de 1990. Contudo, ao término dos anos 80, os professores já inculciam nas aulas temas característicos da cultura e orientavam os alunos a perceberem a história com novos olhos (Mathias, 2011, p. 46)

Ainda de acordo Fonseca (2009) nos anos 90, dentro do contexto neoliberal conservador e a globalização econômica a nova lei de diretrizes de base da educação, são reformuladas, e a disciplina de estudo sociais nos quatro primeiros anos das séries iniciais passam a ser ensino de História e Geografia. A disciplina Estudos Sociais nesse contexto era vista como entulho autoritário do período da ditadura militar brasileiro de 1964 a 1985 (Alves, 2022, p. 269). Neste momento também são extintas as disciplinas de EMC (Educação Moral e Cívica), OSPB (Organização Social, Política Brasileira), EPB (Estudo de Problemas Brasileiro) e Estudos Sociais. No ano de 1994 é implementada a avaliação dos livros didáticos¹² e o referencial desta ideologia era sentiu seus reflexos durante a década de 90 do século XX, conforme destaca a professora Circe Bittencourt, (200)

Dessa forma a volta da História no ensino fundamental suscitou a necessidade de reflexão sobre as diferentes realizações da produção historiográfica nos últimos anos e a incorporação dos

¹² Segundo Silva & Silva (2018, p. 3) o decreto nº 91. 4952 de 19 de agosto de 1985 instituiu o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Cabe-se ressaltar que durante a ditadura militar de 1964 a 1985, foi formada uma comissão pelos militares que assumem o poder do Ministério da Educação (MEC) e do comando do país indicando que a partir de 1971, foi estabelecida a Política do Livro Didático (PLD) de acordo com os interesses da ditadura militar, sendo a perspectiva de construir através dos atlas, cartilhas e livros didáticos uma visão homogeneizadora da sociedade brasileira. Serviram de base para a construção social da ditadura militar brasileira a partir do Conselho Federal de Educação (CFE) e da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC). Portanto, já existiam outras experiências de utilização do livro didático em outros contextos históricos.

avanços nas ciências pedagógicas. A volta da História e da Geografia nos currículos a partir dos anos oitenta, correspondeu, assim, a uma tarefa mais ampla do que inicialmente era suposto, sem poder limitar-se a meras transposições ou adaptações de determinados conteúdos e métodos (Bittencourt, 2000, p. 134).

As mudanças trazem o princípio de avaliação, do ensino de história como elemento imprescindível para construção da sociedade humana, neste sentido o homem moderno e quem carrega a ruptura do passado sendo o objeto de sua vontade, vivenciando essa coexistência, para a relação entre cultura, educação e a memória do ensino de História.

Segundo Fonseca (2009) o homem moderno representa a universalização do direito a educação, bem como o acesso a escola pública, rompendo se assim os paradigmas do ensino de elite, que acentuavam ainda mais as desigualdades entre os povos que são divididas em classe sociais. Ao explorar esta temática de educação fica clara para os historiadores, que o mundo é impensável sem escola. No entanto, para Fonseca a escola tem papel duplo sobre essas reformas, um elemento marcante na política educacional foi a reforma Universitária, que trouxe um importante instrumento, para se desenvolver o processo social.

Educar é formar, socializa o homem para não se destruir, destruindo o mundo, isso pressupõe comunicação, transmissão, reprodução. Daí a célebre frase, “sem produção não há educação e sem educação não há reprodução”. essa ideia justifica o fenômeno da escolarização universal no século XX, a educação escola passa a ser um direito universal dos homens. O mundo contemporâneo tornou-se impensável sem escola. A função, a responsabilidade da educação escolar e de todos os mecanismos educativos é transmissão, a preservação da experiência humana entendida como cultura (Fonseca, 2009, p. 30).

Fonseca (2009) diz que a ideia dessa renovação vem com proposta de estudar tudo, respeitar e valorizar as vivências dos alunos, essas experiências contemporâneas proporcionam, conhecimento histórico diversos, de cada objeto e permite uma educação democrática, o que significa também respeita as diversidades, ter tolerância e também solidariedade, porém sempre em contato com a história universal que proposta do ensino tradicional, mas sendo tolerante e aberto no qual é defendido por ele na pág. 33 (Fonseca 2009), as mudanças são necessárias no entanto estes processo de mudar só ocorre com uma revisitação ao contexto histórico com um olhar mais criativo e criticamente pedagógico, haja vista que as fontes educativas

perpassam, por experiência da vida social que proporcionam saberes que constroem mecanismo para se compreender as experiências humanas, valorizar as ideias dos tempos e lugares de cada contexto da história vividas por mulheres e homens nesse espaço, sendo assim de extrema importância como fonte educativa das escolas, para alunos e professores.

Outro fator bem importante dentro desse contexto de descobertas, o autor fala sobre o acentuado processo de desvalorização que perdura até hoje sobre a educação e professores, tendo as licenciaturas de curtas formações fazendo o papel de controle e dominação, os professores formados eram polivalentes sendo estes habilitados para ministra a disciplina de História.

Ainda segundo Fonseca (2009) o objetivo era nega a ciências humanas como campo de saberes, transmitindo os conhecimentos de forma superficiais da realidade social, sendo está a estratégia da ditadura militar, que defendia a educação apenas como uma habilitação profissional.

A ditadura militar de 1964 recuou após a pressão dos professores por meio Associação Nacional de História (ANPUH) e Associação de Geografia do Brasil (AGB), foi revisto o artigo 5º da resolução 8/71 e da portaria 790/76, o governo manteve pontos do projeto anterior inalterados, por usar argumentos democrático, porém era articulado a desqualificação dos professores de História (Fonseca, 2009), e por trás estaria também o objetivo de construir sua leitura sobre a disciplina de Educação Moral e Cívica, na qual a ditadura militar sutilmente, impunha sua ideologia ditatorial da falsa democracia oferecida pela ditadura militar, e reafirmando as forças sociais dominantes, neste contexto de domínio das massas é importante entender e chamar para o debate o processo de redemocratização no Brasil nos anos 80. Momento de extrema importância, em que o país luta por eleições diretas para governadores, e também o momento de reformulação do currículo na maioria dos estados brasileiros, e trazem novos caminhos para o ensino de história.

Vale ressaltar que só após os anos 90, com o cenário de globalização da economia e do neoliberal conservador, os anos 2000 serviram de reflexão de aprofundamento do Brasil democrático e em plena cidadania Saviani (2019), as leis de diretrizes base da educação são mudadas ao longo dos mais de 20 anos de existência e finalmente o ensino de história volta a grade curricular na educação básica, qual é a narrativa didática regional privilegiada em um material escolar pensado para as séries iniciais do ensino fundamental?

Por isso, cabe-se uma reflexão sobre o livro didático como fonte de pesquisa histórica e observando suas interpretações como mediador da aprendizagem na educação básica.

Sobre isso faremos mergulho em um livro didático das series iniciais aprovado pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) no ano de 2007, sendo objeto de estudo do capítulo 2 deste trabalho de conclusão de curso, o seu uso o seu conteúdo assim como sua importância e como objeto de conhecimento, principalmente sobre a região amazônica, na qual pretendemos buscar os livros dessa área de estudos.

2.2 O LIVRO DIDÁTICO É UM OBJETO CULTURAL PRESENTE NA SALA DE AULA

A professor Circe Bittencourt, assim define o livro didático, como “depositário dos conteúdos escolares, suporte básico e sistematizador privilegiado dos conteúdos elencados pelas propostas curriculares”, além de ser um importante “veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura” (Bittencourt, 2019, p.72). Nessa mesma direção o historiador francês Allain Choppin assim destaca que “como todo objeto de pesquisa, o livro escolar não é um dado, mas o resultado de uma construção intelectual: não pode então ter uma definição única”, sendo necessário “explicitar os critérios que presidem esta elaboração conceitual” (Choppin, 2004, p. 74).

Tendo ao longo do tempo diversas nomenclaturas como “manual escolar”, “livro escolar”, “manual didático” e “texto didático” esse objeto cultural possui múltiplas facetas e tendo uma natureza bastante complexa, sendo considerado “antes de tudo, uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado.” (Bittencourt, 2019, p. 71). A pesquisadora Arlette Gasparello assim nos informa que a expressão “livro didático” foi a que se apresentou predominante, desde meados do século XX (Gasparello, 2013, p. 22).

Um livro didático é uma publicação destinada ao ensino e aprendizado em sala de aula. É um recurso educacional utilizado em escolas e instituições de ensino para auxiliar os professores na transmissão de conhecimentos e os alunos na assimilação e compreensão dos conteúdos (Gatti júnior, 2009, p. 26). O livro didático é projetado

de acordo com um currículo específico e segue uma estrutura organizada, que abrange os tópicos e conceitos que devem ser ensinados em uma determinada disciplina ou área de estudo. Ele apresenta o conteúdo de forma sequencial e progressiva, geralmente dividido em capítulos ou unidades temáticas.

Além do conteúdo principal, o livro didático pode conter elementos como exercícios, atividades práticas, questões para reflexão, ilustrações, gráficos, mapas e outras formas de visualização do conhecimento. Também pode incluir textos complementares, glossários, resumos e referências bibliográficas para aprofundamento (Gatti Júnior, 2009, p.26).

Os livros didáticos são elaborados por autores, geralmente professores e especialistas na área, com base em diretrizes curriculares e em conformidade com os objetivos educacionais estabelecidos. Eles são publicados por editoras e passam por um processo de revisão e avaliação para garantir a qualidade e a precisão das informações apresentadas. (Gatti júnior, 2009, p. 30).

O uso do livro didático varia de acordo com o contexto educacional e as políticas adotadas em cada país. Em muitos sistemas educacionais, o livro didático é adotado como um recurso principal para o ensino, servindo como base para as aulas e orientação para os alunos. No entanto, seu uso também pode ser complementado por outros materiais e recursos educacionais, como materiais digitais, atividades práticas, vídeos e recursos online.

O livro didático desempenha um papel importante no processo educacional, fornecendo um suporte estruturado para o ensino e aprendizado. Ele pode facilitar a compreensão dos conceitos, fornece exemplos práticos, oferecer exercícios de fixação e servir como referência ao longo do curso (Gatti júnior, 2009, p. 29). salienta a importância dos professores utilizem o livro didático de forma crítica e adaptada às necessidades de seus alunos, complementando-o com outras estratégias e recursos para enriquecer o processo de ensino (Gatti júnior, 2009, p. 30).

Didático, então, é o livro que vai ser utilizado em aulas e cursos, que provavelmente foi escrito, editado, vendido e comprado, tendo em vista essa utilização escolar e sistemática. Sua importância aumenta ainda mais em países como o Brasil, onde uma precaríssima situação educacional faz com que ele acabe determinado conteúdos e condicionado estratégias de ensino, marcando, pois, de forma decisiva, o que se ensina e como se ensina, o que

se ensina? Como sugere o adjetivo didático, que qualifica e define um certo tipo de obra, o livro didático é um instrumento específico e importantíssimo de ensino e aprendizagem formal. Muito embora não seja o único e aprendizagem, ele pode ser decisivo para a qualidade do aprendizado resultante das atividades escolares Lajolo (1996, p 4).

Sendo o livro didático o contato inicial das crianças ao ensino de história, contato esse que feito com a mediação do professor pedagogo, responsável em aplica todos as disciplinas das séries iniciais. O pedagogo é um profissional polivalente que domina conceitos, categorias e temáticas diversas nas séries iniciais do ensino fundamental (Cruz, 2017, p. 9), haja vista que o professor formado em História só entra nesse contexto de ensino a partir do sexto ano do ensino fundamental, ter um olhar reflexivo e problematizar o comportamento da nossa sociedade, nos dias atuais principalmente no que diz respeito ao lugar de fala.

Vale resaltar que os livros didáticos de história retratavam um passado único conforme apontamos na perspectiva educacional da ditadura militar brasileira, por exemplo, porém Alves (2021) chama atenção de não ser novidade a revolução documental o ensino de Estudos Amazônicos no final do século XX só foi pensado a partir de cada estado no movimento regional do Pará nos anos de 1990 o processo ocorre na capital Belém, neste momento a criação da disciplina do estudos amazônicos. A discussão regionalista ganha força no cenário amazônico paraense, ela começa a ser pensada na capital Belém durante a gestão de Manoel Augusto Rezende quando foi pensada as disciplinas História do Pará e Estudos de Questões Regionais durante o período de 1989 a 1992.

No final do século XX esse movimento chega no Conselho Estadual de Educação (CEE) e na Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC) sendo elaborada pelos professores de História a primeira produção de uma disciplina didática de cunho regionalista tendo como coordenador geral deste grupo de professores de História o brasileiro Gerard Prost (Alves, 2020, p. 71). Portanto, antes do PNLD investir na produção e divulgação de livros didáticos regionais o Estado do Pará já havia pensado essa discussão neste estado amazônico. O pesquisador Tiese Teixeira Júnior assim ressalta o caráter interdisciplinar da disciplina Estudos Amazônicos,

Nos registros oficiais escritos, utilizados neste artigo, a disciplina do ensino básico “Estudos Amazônicos” aparece grafada no plural, o que já denota uma natureza interdisciplinar e um desafio de compreensão para quem com ela se

encontra, seja aluno/a ou professor/a. Nos estabelecimentos de ensino básico, da rede pública de educação do Estado do Pará, esta parece ser tratada no singular. Apenas as dificuldades parecem ser plurais (Teixeira Júnior, 2016, p. 21).

De acordo Teixeira Júnior (2016) quando menciona sobre os “ditos e escritos sobre os estudos amazônicos, no ensino básico, do estado do Pará”, nos chama atenção para necessidade de se desconstruir os conceito preconcebidos sobre a região, e importância em se valorizar a multiculturalidade existente na região, aponta também a falta de material didático da disciplina de estudos da Amazônicos, segundo o autor, apesar da obrigatoriedade dos conteúdos regionais, que complementam os currículos escolares do ensino básico, assegurados na LDB 9.494/96 através do seu artigo 26.

Apesar da obrigatoriedade de estar no currículo, os livros didáticos de História, ainda reproduzem mais sobre a História Geral e uma História do Brasil ligada a região sul e sudeste onde estão presentes as principais editoras. Ao analisar, uma coleção de História Geral e do Brasil, o documento oficial do MEC o autor chama atenção uma coleção de três livros, somando no total de 800 páginas em que se fala da humanidade, aproximadamente duas páginas tratam da região Amazônia, outro fator nesse contexto de escrita segundo ele que também precisa ser repensado, é sobre a escrita externa contidas nos poucos livros sobre a Amazônia, que ainda vem muito com olhar de preservação da natureza dos europeus, e apesar do debate sobre conservação ser uma problemática atual e necessária, os livros lançados pelo PNLD de História não traz informações sobre a região amazônica ou a região nordeste, o autor aponta:

Até aqui, foi possível perceber que no caminho entre o proclamado e o realizado, pelos estudos amazônicos, no ensino básico, apenas as fragilidades são plurais, a disciplina e seus agentes sociais parecem invisíveis. Os livros didáticos de História Geral, por exemplo, oferecem menos de duas páginas sobre a História da região, não falemos agora da natureza desse conteúdo, mas pergunto como isso auxilia professores e professoras da disciplina? A proposta curricular da SEDUC/PA, do ano de 2016, para o ensino médio, não apresenta indicativo de conteúdo para a disciplina regional de Estudos Amazônicos. Por onde esta pesquisa já andou, até o momento, não ouviu falar em cursos direcionados para os professores e professoras que “ensinam Amazônia”, no ensino básico, do Estado do Pará, na região amazônica (Teixeira Júnior, 2016, p. 10).

O professor Geraldo Magella Neto (2020) no que tange a discussão do espaço regional dentro do cenário paraense, também destaca,

Os livros analisados, neste trabalho, são direcionados em sua maioria à História regional da Amazônia a partir da perspectiva de autores e editoras do Pará. Tomando as ideias de especialistas que problematizam o conceito de região, afirmamos que o importante aqui não é delimitar o que abrange territorialmente a região na História escolar regional, mas procurar entender a escolha de temas e sujeitos para a construção de conteúdos para uma História regional. Desta forma, mesmo na segunda década do século XXI, identificamos a permanência de temas, tais como: a fundação de Belém, a colonização da Amazônia, a adesão do Pará à independência, a Cabanagem, o início da República no Pará. Porém, ao mesmo tempo, identificamos transformações de temas do que seria mais relevante para uma abordagem escolar da Amazônia, tais como: uma maior valorização da história e cultura dos indígenas e dos negros na região, vistos como sujeitos históricos; a resistência de indígenas e negros contra a escravidão e dominação portuguesa; uma abordagem da diversidade de sujeitos na Cabanagem; as transformações ocorridas na sociedade paraense, no contexto da economia da borracha, no final do século XIX e início do XX, como a migração de nordestinos para a Amazônia; a Batalha da Borracha, na Segunda Guerra Mundial; as políticas da Ditadura Militar para a região e suas consequências sociais e ambientais (Menezes Neto, 2020, p. 444-445).

No entanto vale ressaltar que apesar do primeiro livro ter sido produzido nesta data, só em 2007 o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) inclui no seu edital uma proposta livro didático regional ou pelos Estados da federação brasileira, essa proposta de estudos por Estado não era abordada, entrando como processo de discussão só em 2014, neste momento o livro didático regional ganha relevância no cenário educacional através de edital público. Cabe-se ressaltar o lugar destinado ao ensino de História Regional dentro do PNLD, conforme destaca a professora Helenice Rocha (2016), quando participou de uma avaliação dos livros didáticos regionais no início do século XXI, assim ela nos informa dentro de sua perspectiva dos livros didáticos regionais integrados

Como foi brevemente examinado neste artigo de caráter exploratório, o desafio de integrar obras regionais foi enfrentado de diferentes formas pelas editoras que tiveram seus livros aprovados no PNLD 2016. Além da apresentação das obras já aprovadas em processos anteriores, que

funcionaram como “base” para a integração, houve tentativas de definição de um tema integrador que articulasse os componentes curriculares, foram implementadas estratégias de uso combinado de linguagens que são predominantes ou próprias dos campos de conhecimento, a inserção frequente de noções ou conceitos de Geografia no interior de narrativas nacional ou regional, a organização de estruturas de obras que completassem uma narrativa histórica sobre o regional, com destaque para grupos étnico formadores da região/nação. Os próprios critérios acabaram por funcionar como sugestão de encaminhamentos para a organização em suas possibilidades de integração, como foi examinado em relação as suas características (Rocha, 2016, p. 219).

Nessa direção, observamos que nem sempre os livros didáticos produziram efeito de sentido prático dentro da sala de aula, conforme apontado pelo professor Itamar Freitas (2009), eles acabam sendo vistos como informativo de mapas ou imagens cristalizadas de determinada região dentro deste objeto cultural. Um olhar atento sobre essa perspectiva também pode ser percebido pela avaliadora de livros didáticos regionais Helenice Rocha (2016) afirma que:

Concluindo, o uso apenas informativo de mapas e outras imagens com potencial para a interpretação histórica pode imprimir à integração uma face redutora que certamente não é pretendida pelas políticas públicas de educação quando se concretizam em programa indutores de inovações, como o PNLD. Talvez, se se considerar com mais positividade o perspectivismo existente no olhar disciplinar, se possa perceber que é possível e rico, existir um olhar geográfico e historiográfico sobre um mesmo objeto. Nesse sentido, talvez antes de propagar a absoluta e permanente necessidade da interdisciplinaridade, as políticas públicas possam considerar a integração curricular sem a urgência de apagar as fronteiras da História e da Geografia como disciplinas no Ensino Básico (Rocha, 2016, p. 220).

É importante ressaltar que o livro didático regional deve ser desenvolvido com cuidado e rigor acadêmico, levando em consideração a diversidade e as diferentes perspectivas presentes na região em questão. Ele deve evitar estereótipos, generalizações simplistas e preconceitos, buscando retratar a riqueza e a complexidade da cultura local de forma precisa e respeitosa. Os livros didáticos regionais podem ser adotados em escolas que valorizam a inclusão de conteúdos relacionados à realidade local no currículo, reconhecendo a importância de uma educação contextualizada e relevante para os estudantes. Eles complementam os livros didáticos mais gerais e oferecem uma abordagem mais aprofundada em relação à região específica em que são utilizados.

2.3. O uso de fontes históricas na sala de aula

O uso de fontes históricas na sala de aula é uma prática fundamental para o ensino de História. As fontes históricas são registros e vestígios do passado que fornecem informações diretas sobre os eventos, pessoas e contextos históricos. Elas podem ser documentos escritos, artefatos, fotografias, mapas, obras de arte, músicas, filmes e qualquer outro tipo de material que tenha relação com o período histórico estudado (Barros, 2020, p. 123).

Ao utilizar fontes históricas, os professores proporcionam aos alunos uma experiência mais próxima da realidade histórica, permitindo que eles se engajem ativamente com o conhecimento histórico e desenvolvam habilidades críticas de análise e interpretação. As fontes históricas possibilitam que os estudantes entrem em contato direto com os testemunhos do passado, estimulando a reflexão, o questionamento e a construção de conhecimento (Barros, 2020, p. 124).

Ao utilizar fontes históricas na sala de aula, é importante fornecer orientação e apoio aos alunos, ajudando-os a compreender a natureza das fontes, a desenvolver habilidades de análise crítica e a fazer conexões entre as fontes e os conceitos históricos discutidos em sala de aula (Barros, 2020, p. 126).

Cabe-se observar que é essencial abordar a diversidade de perspectivas históricas e garantir que as fontes utilizadas representem uma ampla gama de vozes e experiências. O uso de fontes históricas na sala de aula torna o estudo da História mais envolvente, significativo e relevante para os alunos, promovendo uma compreensão mais profunda do passado e desenvolvendo habilidades essenciais para a análise crítica e a construção de conhecimento histórico (Burke, 2009, p. 62).

Ao ampliar o repertório de fontes históricas, os Annales buscavam uma abordagem mais abrangente e multidimensional do passado. Eles acreditavam que as fontes tradicionais eram insuficientes para uma compreensão completa da história, uma vez que tendiam a privilegiar certos aspectos e grupos sociais, enquanto negligenciavam outros. O movimento dos Annales também valorizava a longa duração histórica, ou seja, a ideia de que os eventos e as transformações históricas devem ser analisados em um contexto temporal mais amplo (Burke, 2009, p. 63). Para isso, utilizavam-se de fontes que permitiam uma análise diacrônica, abarcando períodos extensos.

A história nacional e a história regional são duas abordagens diferentes no estudo da História, cada uma com seu foco específico. Enquanto a história nacional se concentra na história de um país ou nação como um todo, a história regional se dedica a investigar e compreender a história de uma região geográfica específica dentro desse país (Martins, 2013, p. 62) No entanto, as histórias locais emergiram no século XIX com a difusão dos Institutos Históricos e Geográficos do Brasil nos estados nas províncias (Figueira; Miranda, 2012, p. 109).

A história regional se concentra nas particularidades de uma determinada região dentro do país, examinando características geográficas, contextos sociais e culturais específicos, relações econômicas, desenvolvimento local, tradições e experiências particulares de grupos e comunidades (Melo, 2005, p. 61). Quanto ao uso de fontes históricas, tanto a história nacional quanto a história regional se beneficiam da utilização de uma variedade de fontes para a pesquisa e a análise (Melo, 2005, p. 62).

. As fontes históricas são essenciais para o trabalho do historiador, pois fornecem evidências diretas ou indiretas do passado, permitindo a reconstrução dos eventos, das mentalidades e das práticas sociais (Melo, 2005, p. 65).

Na história nacional, as fontes podem incluir documentos oficiais, leis, correspondências, diários de personalidades políticas, relatórios governamentais, registros militares, entre outros. Essas fontes ajudam a compreender o desenvolvimento político, as mudanças nas estruturas institucionais e as relações de poder em nível nacional (Figueira; Miranda, 2012, p. 110).

Na história regional, as fontes podem ser mais diversificadas e abranger registros locais, documentos municipais, arquivos de associações, registros de propriedade, relatos de testemunhas locais, jornais regionais, iconografia local, tradições orais e memória coletiva. Essas fontes permitem um estudo mais aprofundado das dinâmicas sociais, econômicas e culturais específicas de uma região (Figueira; Miranda, p.111).

O uso de fontes históricas nas abordagens nacional e regional da História é fundamental para a construção de conhecimento histórico sólido e para a compreensão das transformações e peculiaridades de um determinado contexto histórico. O historiador precisa selecionar, analisar e interpretar essas fontes de

maneira crítica, levando em consideração seu contexto de produção, seus possíveis vieses e a diversidade de perspectivas presentes (Figueira; Miranda, p.111).

É importante destacar que a história regional não é necessariamente oposta à história nacional, mas complementar. Ambas as abordagens são necessárias para uma compreensão abrangente do passado, haja vista história regional contribui para a compreensão das especificidades e diversidades dentro de um país, enquanto a história (Neves, 1997, p. 26).

acional permite a análise dos processos e eventos que afetam a nação como um todo

A professora Circe Bittencourt (2000) destaca que há uma descontinuidade entre a produção historiográfica privilegiar uma história local diferente de uma abordagem dita história regional, assim, ela admite que tem se uma tendência nos debates curriculares e historiográficos de se trabalhar com aquilo que é mais próximo do aluno (Bittencourt, 2000, p. 150). Com isso, ela afirma que o estudo do “tempo vivido” não possibilita a construção de uma identidade social e histórica, limitando-se apenas à abordagem em sala de aula de uma história da família (Bittencourt, 2000, p. 150).). A professora Circe Bittencourt assim evidencia,

A denominada história local é entendida como a história do bairro ou da cidade/município/estado, sem estar necessariamente relacionada com a história regional. A tendência é se isolar e destacar o estado no conjunto nacional, relacionando-o aos grandes acontecimentos nacionais. O estudo do mais próximo é considerado sobretudo sob uma ótica geográfica mais tradicional, por meio da qual não aparece então como predeterminado, aparentemente criado a partir da chegada dos europeus. A sequência história assim é apresentada: o estado no período da colônia, no império e depois na fase republicana (Bittencourt, 2000, p. 150).

Por fim, percebemos que a partir do diálogo historiográfico, que há uma permanência da história historicizam-te do século XIX nas produções didáticas locais, quando se prioriza esquemas de linhas do tempo que balizam a história dos portugueses na região amazônica, por exemplo, as rupturas podem ser quebradas quando se organiza o currículo e o plano de ensino a partir de uma história temática, mas sabemos que é um desafio para a formação de professores de Pedagogia ou de História apresentar novas propostas curriculares que transpasse as barreiras epistemológicas impostas pelo colonizador europeu na América.

CAPÍTULO II: O RELATO DE VIAJANTES COMO FONTE HISTÓRICA

Neste O último capítulo deste trabalho de conclusão de curso buscamos realizar uma incursão sobre o uso de fontes históricas dentro de um livro didático regional, permearemos com o debate acerca do olhar de Renata Paiva no seu livro, saber: História – Pará (2007)¹³. O livro didático regional foi aprovado pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) no edital público lançado em 2006 pelo Ministério da Educação (MEC).

3.1. O livro didático história – Pará e sua abordagem em sala de aula através das fontes históricas

A obra didática História – Pará foi considerada como livro regional pelo edital do PNLD do ano de 2007, o livro foi pensado para 3^a e 4^a séries do ensino

¹³ Renata Paiva é bacharel e licenciada em História pela FFLCH da USP. Ex-professora da rede particular de Ensino Fundamental e Médio. Nacional do Livro Didático (PNLD) no edital público lançado em 2006 pelo Ministério da Educação (MEC).

fundamental. Foi publicado pela editora Ática. Nesse trabalho analisaremos a 1ª edição aprovada pelo PNLD. A seguir apresentamos uma tabela com os temas que serão abordados no livro didático regional.

QUADRO 1 – Temas abordados no livro didático História – Pará (2007)

Capítulo 1 – Descobrindo o Pará
Capítulo 2 – Povos Indígenas
Capítulo 3 – A presença portuguesa no Pará
Capítulo 4 – O ouro verde da floresta
Capítulo 5 – O olhar dos viajantes e a descoberta do passado
Capítulo 6 – A sociedade e seus conflitos
Capítulo 7 – A árvore que chora
Capítulo 8 – O Pará republicano
Capítulo 9 – Novos caminhos, novos rumos

Fonte: Autora (2023).

Percebemos um ponto de tensão dentro desta obra didática regional. A permanência nas entrelinhas da história cronológica do Pará, fica evidenciado no referido sumário. No entanto, há o uso da interdisciplinaridade dentro da obra didática regional, por exemplo, articulando questões locais, regionais, nacionais e internacionais dentro desta narrativa. Por outro lado, o diálogo com a Arqueologia é bastante evidenciado. A questão da alimentação posteriormente acaba sendo abordada quando se evidencia o ouro verde da floresta, falando-se especificamente de determinadas especiarias que são encontradas no território paraense, a saber: urucum, açaí, pimenta-de-cheiro e jambo-rosa, em seguida, é destacado o mercado do Ver-o-Peso o lugar central dos discursões e negociações das espécies e as diversidades de especiarias encontradas no espaço paraense.

Destaca-se o lugar específico que a região amazônica, e especificamente a paraense encontrou-se como rota importante de países europeus, como a chegada dos portugueses e a fundação das cidades a beira dos rios¹⁴.

Por outro lado, destaca-se o Pará antes de 1750, quando dialoga com a cidade Belém, informando ao leitor que a cidade de Belém era um núcleo colonial de pouca expressão até o século XVIII dentro da colônia portuguesa (Paiva, 2007). Apresenta-

¹⁴ A civilização dos rios é um paradigma para olhar a disciplina Estudos Amazônicos no Estado do Pará. Sobre isso, ver: Alves, Davison (2020).

se a relação floresta, rio e a cidade de Belém através do desenho expresso no livro do viajante Alexandre Rodrigues Ferreira. Afirma-se que a “exploração era realizada ocasionalmente pelos indígenas” (Paiva, 2007) que eram aliados dos portugueses.

Destaca-se no capítulo 4 a presença de diversas ordenas religiosas no território amazônico, especificando a relação destes religiosos com os indígenas na coleta das chamadas drogas do sertão.

3.2. OS RELATOS DE VIAJANTES PRESENTES NO LIVRO DIDÁTICO AMAZÔNIA LEGAL E SUAS ESCRITAS ESCOLAR

O capítulo 4º e 5º do livro didático, História do Pará, são intitulados respectivamente como: “Ouro verde da floresta” e “Olhar dos viajantes e a descoberta do passado”, onde Paiva (2007) nos traz as primeiras expedições europeia que desembarcou na Amazônia no século XVI e XVII essa expedições vinham em busca de pedras preciosas e especiarias, porém o apesar de buscarem ouro e prata, os achados foram as ervas e plantas medicinais, com isso a economia da região se movimentou sendo chamado de período da droga do sertã, durante todo período colonial. Na imagem abaixo temos algumas dessas ervas comercializadas na Europa, por preços bem alto segundo a autora:

Figura 1 - Especiarias do Pará



Fonte: Paiva (2007, p. 57)

Primeira figura do capítulo 4 do livro de Paiva, intitulada como ouro verde da floresta, percebemos aqui como a autora visualizar a região.

Figura 2 - alimentação na região da Amazônica



Fonte: Paiva (2007, p. 58)

Podemos perceber que as duas figuras acima mostram claramente frutas e especiarias típicas da região que fazem parte da cultura alimentar da região, consumidas até os dias de hoje.

Figura 3 - Mercado do Ver-o-Peso



O mercado Ver-o-Peso, em Belém, é uma das principais atrações turísticas da cidade.

Fonte: Paiva (2007, p. 59)

A figura acima e o Ver-o-Peso, é importante haja vista que era o ponto de partida das embarcações de chegada e partida, criado em 1688, o Ver-o-Peso, era onde acontecia as negociações e se calculava os impostos sobre as mercadorias que vinham através do rio Amazonas e se dirigiam a Portugal, impostos esses pagos a cora. A figura 3 coaduna com uma perspectiva tradicional dos livros didáticos regionais ao ressaltar os pontos turísticos de uma região, não é visto o mercado do Ver-o-Peso como lugar em uma perspectiva histórica.

Para a autora de livro didático Paiva (2007), apresenta-se neste capítulo os vários produtos da região da faziam parte das drogas do sertão alguns deles e bem comum no nosso dia a dia vejamos alguns: canela, baunilha, cravo especiarias que podem ser usadas como chás medicinal e como acentua dores de sabores, no entanto a autora aponta também, a extração de madeiras, a pesca, a captura de animais silvestre especialmente as tartarugas assim como as aves. Para completarem sua lista de exportação os religiosos, tinham como missões o trabalho de coletar e realizar missões em determinados meses, o restante do tempo os nativos cultivavam espécies amazônica, como cacau, canela, utilizavam mão- obra indígena, ou seja, os nativos da terra.

A autora retrata nesse capítulo, função da religião da época da colonização, a forma de olhar a floresta pelos europeus a economia, em torno das drogas do sertão, assim como o controle do marques de Pombal, e também a criação do comercio do Grão Pará e Maranhão, este funcionava sobre a supervisão da coroa de forma monopolizada e organizada pelos comerciantes portugueses, além dos produtos da droga do sertão, este grupo detinha o poder para escravizar e trazer negros para região.

Figura 4 - Aldeia indígena na fronteira do Brasil com Guiana



Fonte: Paiva (2007, p. 60)

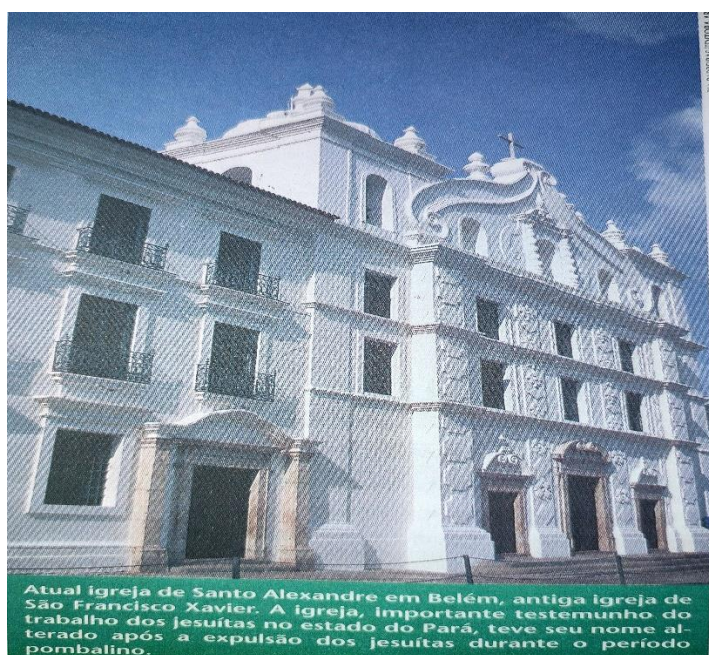
No entanto, Paiva (2007) aponta o enfraquecimento do poder dos padres, com o controle do marques de Pombal ao comércio das drogas do sertão e o surgimento de vilas, que usurparam o lugar dos aldeamentos indígenas, o poder dos Jesuítas, que era quem mais ganhavam com comércio das drogas do sertão foi enfraquecido, e com isso foi expulso pelo Marques de Pombal. Percebemos que a permanência de uma história político-administrativa foi evidenciada pela autora Paiva (2007). Nesse aspecto, apresenta-se somente os índios aliados dos portugueses, no entanto, sabemos que a historiografia já avançou no aspecto de compreender a resistência ao projeto colonizador português, dos indígenas que não eram aliados dos portugueses. A literatura escolar não faz uma crítica ao processo de conquista português na América.

Figura 5 - Expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira no século XVIII



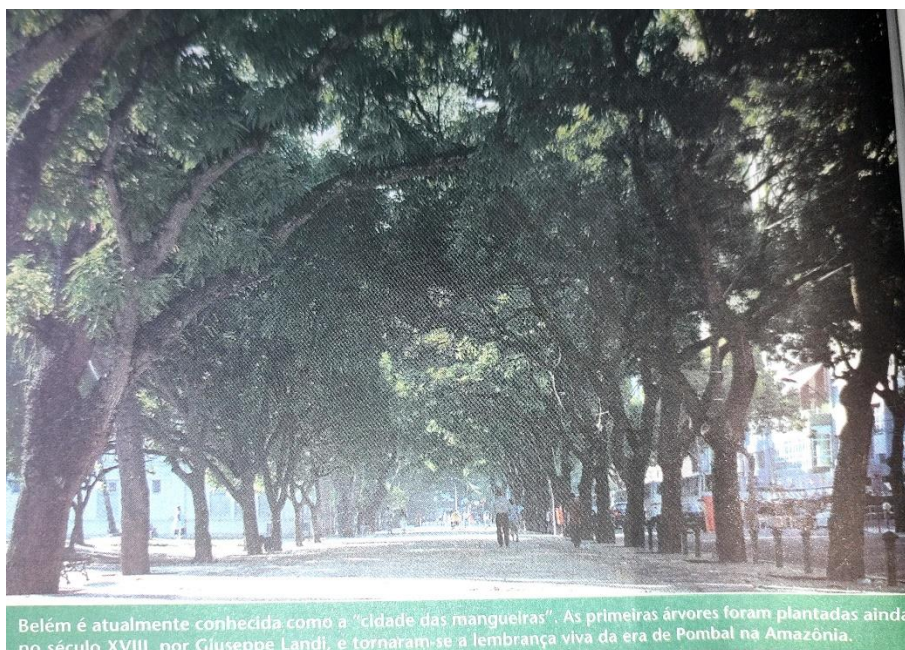
Fonte: Paiva (2007, p. 65)

Figura 6 - Igreja de Santo Alexandre em Belém



Fonte: Paiva (2007, p. 67)

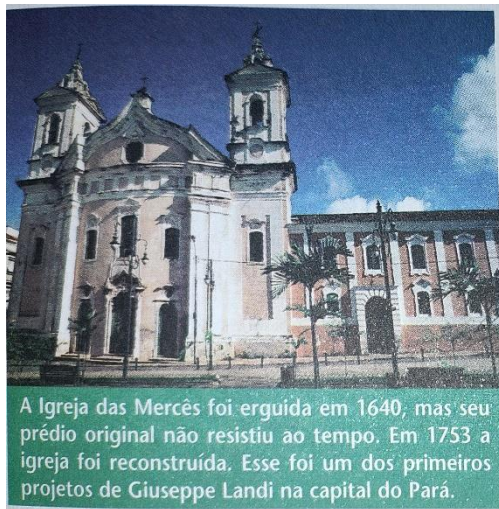
Figura 7 - Belém: “cidade das mangueiras”



Belém é atualmente conhecida como a “cidade das mangueiras”. As primeiras árvores foram plantadas ainda no século XVIII, por Giuseppe Landi, e tornaram-se a lembrança viva da era de Pombal na Amazônia.

Fonte: Paiva (2007, p. 68)

Figura 8 - Igreja das Mercês e o Palácio Lauro Sodré



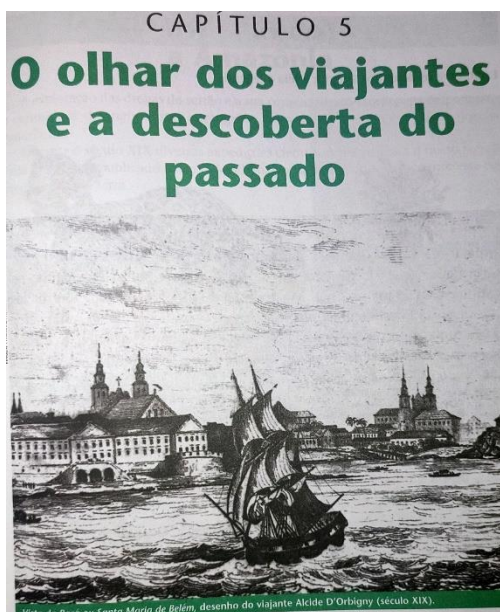
A Igreja das Mercês foi erguida em 1640, mas seu prédio original não resistiu ao tempo. Em 1753 a igreja foi reconstruída. Esse foi um dos primeiros projetos de Giuseppe Landi na capital do Pará.



O Palácio Lauro Sodré, também conhecido como Palácio do Governo, abrigou os governadores da capitania no século XVIII. Em 1759, o antigo prédio foi demolido para dar lugar a mais uma das obras de Landi, cuja construção foi concluída em 1771.

Fonte: Paiva (2007, p. 69)

Figura 9 - O olhar dos viajantes e a descoberta do passado



Fonte: Paiva (2007, p. 73)

No capítulo 5 Paiva (2007) apresenta o olhar dos viajantes e a descoberta do passado conforme demonstra a figura acima, foi produzida por um naturalista francês que desenhou no século XIX, chamado Alcide D'Orbigny. Neste capítulo a autora apresenta as contribuições dos estrangeiros na compreensão da história do Pará, neste capítulo também temos muitos desenhos e gravuras feitas pelos estrangeiros que mostram seus olhares sobre a região no século XIX. É ressaltado a diversidade da fauna, da flora e dos animais presentes no espaço amazônico. Conforme demonstram as figuras 10, 11, 12 e 13. A discussão sobre a representação do espaço amazônico a partir dos relatos de viajantes pode ser explorada pelo professor em sala de aula.

Figura 10 - Artista francês Hércules Florence



Fonte: Paiva (2007, p. 74)

Figura 11 - floresta brasileira (1872)



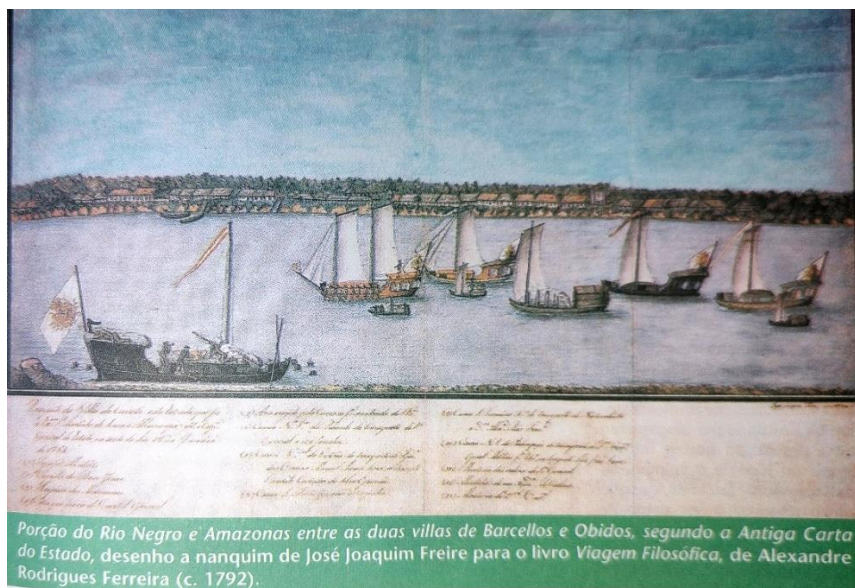
Fonte: Paiva (2007, p. 75)

Figura 12 - Índios Jurupixuna com máscaras de entrecasca de Joaquim Codina



Fonte: Paiva (2007, p. 76)

Figura 13 - Porção do Rio Negro e Amazonas entre duas vilas de Barcellos e Óbidos



Fonte: Paiva (2007, p. 75)

Figura 14 - Dom João VI no Brasil, Jean Baptiste-Debret



Fonte: Paiva (2007, p. 80)

Figura 15 - Vasos da cultura tapajônica localizadas no Museu Paraense Emílio Goeldi



Fonte: Paiva (2007, p. 85)

Todas essas gravuras e pinturas são dos viajantes europeus que visitaram o Brasil, vindo a região em expedição coletavam informações sobre a fauna, a flora, os costumes e acontecimentos sociais e políticos. Conforme Paiva (2007) pontua esses olhares e destaca que no fim do século XVIII e ao longo de todo século XIX que o conhecimento científico passou ser valorizado na Europa, e os imperadores e reis, passaram a fornecer matérias de apoio para exploração da região amazônica, que vinham de todo o mundo, cientista, técnicos e artistas plásticos. Traziam consigo o olhar europeu para o espaço amazônico, e com isso, seus costumes, aspectos etnocêntricos dentro do território paraense.

Foram criados universidades e museus para apoiarem a exploração da floresta amazônica, a autora traz nesse capítulo as principais viagens científicas, outro fator sobre as viagens bem destacado no livro didático “regional”, é a dominação de Portugal sobre as riquezas e o território amazônico, que só aconteceram após independência do Brasil, haja vista que no período de 1822, época essa em que a família real veio morar no Brasil para poder fugir do domínio da França segundo Paiva (2007), só permitindo poucos país entra no Brasil para explora, porque tinham medo das riquezas serem descobertas. A seguir apresentamos os viajantes europeus que foram selecionados pela autora Paiva (2007) para construir uma leitura do passado do estado do Pará.

QUADRO 2 – Seleção de obras de viajantes no livro didático História: Pará, 2007.

Viajante europeu	Século de viagem ao Brasil
Giuseppe Landi	XVII
Alexandre Rodrigues Ferreira	XVIII
Hércules Florence	XIX
Joseph Leon Righini	XIX
Jean Baptiste-Debret	XIX

Fonte: Autora (2023).

O livro didático regional da autora Paiva (2007) demonstra a relação político-administrativa com objetivo de lucro do estado português durante a administração de Marques de Pombal que acompanhava de perto as negociações no espaço amazônico, nesse processo nomeou seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao governador do estado do Grão-Pará e Maranhão, que mudou sua capital para Belém, onde todas as imagens acima são pinturas feitas pelos viajantes da época como fonte de registro histórico no livro didático de Paiva (2007). Vale ressaltar que este capítulo também pontua sobre a expulsão dos jesuítas do território amazônico, os membros da Companhia de Jesus, sendo considerada a companhia mais rica da ordem religiosa, que teve todos seus bens confiscados pela coroa de Portugal.

Após assumir o controle do comércio e expulsar os Jesuítas, a companhia de comércio do Grão Pará e Maranhão, também tinha o poder não só de exportação, mas também de trazer negros escravizados, para região amazônica, esta companhia só deixou de existir em 1778, quando Marquês de Pombal deixou de ser ministro. O olhar sobre a descoberta do passado evidenciado pelos viajantes está sobre a chancela do estado português, portanto, tinha-se uma visão etnocêntrica sobre outros povos e culturas. A autora Paiva (2007) não faz uma crítica a esse período colonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Olhando o passado por novas lentes

Ressaltando que o nosso objetivo com o trabalho é refletir o passado, através da leitura do livro didático regional da Amazônia lançado pela PNLD problematizar as lacunas deixadas sobre a prática, de cunho teórico e a metodologia na cidade de Marabá, por meio da narrativa de viagem nas séries iniciais do ensino fundamental no que se refere a região amazônica paraense.

Ao longo deste trabalho de conclusão de curso abordamos a temática da história local e regional através da produção e divulgação de um livro didático pelo Ministério da Educação (MEC) aprovado no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) em 2007. Procuramos enfatizar a importância de construir novas perspectivas de se ensinar e aprender História para além da dita “história oficial” presente no espaço escolar.

Nosso objetivo foi realçar a importância da história local dentro do espaço escolar, pois, emergem no cenário globalizado novos olhares sobre a história local e regional, valorizando a diversidade de diversos sujeitos na prática educativa. Com isso, espera-se que os cursos de licenciatura e de Pedagogia, possam abordar as questões regionais (língua, costumes, cultura, saberes tradicionais, alimentação, modos de existir, viver e construir sentidos de pertencimento e identidade a partir do seu lugar).

Queremos salientar a importância do ensino de história como expressão cultural que se percebe quando se faz a relação passado e presente no espaço escolar, pois, a história na cultura educacional desenvolve imaginação e a capacidade crítica, se torna parte do processo de desenvolvimento humano. Porém, isso só acontecerá de fato se a história e cultura de cada município/estado/região for incentivada como possibilidade educativa, tanto por parte da mediação do professor quanto na interação com o aluno. É fato que os conjuntos políticos e acadêmicos nem sempre estarão em sintonia para a efetivação das políticas educacionais. Um exemplo desse processo é a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) que procura implementar um currículo homogeneizador, a fim de deixar sempre nas margens as questões regionais e locais, com isso, produzem uma história única do território brasileiro, e quando dialogam com a história local ou regional, sempre privilegiam uma determinada localidade em detrimento da outra. Apesar disso, compreender que

os livros didáticos ainda reproduzem uma História geral principalmente nos que se diz respeito a região sul e sudeste do Brasil, o processo político, econômico e educativo, perpassa sobre uma única visão politizada dessas regiões.

O livro didático “História do Pará” que foi analisado, representa claramente um olhar fragmentado da autora Renata Paiva (2007) sobre a região sul e sudeste do Pará, são concepções estabelecidas nas mídias e na região sul e sudeste de nosso país sobre esta localidade do estado do Pará, a saber: conflitos agrários e mortes de trabalhadores do campesinato paraense, as queimadas e a destruição de nossa floresta amazônica, as enchentes, são amplamente reproduzidas. Reafirmamos como Amazônia que não somos somente isso! A Amazônia paraense é multifacetada e possui diversos olhares. Por exemplo, ela não faz uma crítica a produção historiográfica como bibliografia de consulta para obter informações sobre a região amazônica,

O livro é relativamente coerente com a proposta conceitual declarada, a qual almeja relacionar as experiências dos alunos com uma História Regional pautada em questões essenciais para a construção da cidadania. As informações estão refletidas em uma bibliografia atualizada no que diz respeito ao conteúdo abordado no campo da História. Há de se notar que a bibliografia sobre História da Amazônia e, sobretudo, a História do Pará nem sempre é de fácil acesso (Brasil, 2007, p. 246).

Fica uma pergunta a ser respondida por que a autora do livro didático Renata Paiva. Não buscou pesquisar nos Existem diversos programas de pós-graduações e centros de pesquisas na região amazônica, falando-se especialmente do estado do Pará, que é o foco de abordagem da autora Renata Paiva (2007) ?como: o Programa de Pós-Graduação em História¹⁵, o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos¹⁶, o Núcleo de Meio Ambiente¹⁷, o Museu Paraense Emílio Goeldi¹⁸ que podem ser consultados para realizar pesquisas didático-pedagógicas sobre a “região amazônica”, “o estado do Pará”, e outros extratos de pesquisa.

Uma outra questão implícita na fala do escrito do Guia do Livro Didático de História – 2007, é a falta de desconhecimento de pesquisa científica na Amazônia, por exemplo, a título de conhecimento a Faculdade de História, do Campus Belém da

¹⁵ O site institucional do PPHIST é esse <https://www.pphist.propesp.ufpa.br/index.php/br/> que funciona desde 2004.

¹⁶ O site institucional do NUMA é esse <https://www.numa.ufpa.br/> que funciona desde 1990.

¹⁷ O site institucional do NAEA é esse <http://www.naea.ufpa.br/> que funciona desde 1973.

¹⁸ O site institucional do MPEG é esse <http://www.naea.ufpa.br/> que funciona desde 1866.

Universidade Federal do Pará (UFPA) foi fundada em 1954, portanto, antes mesmo da criação do campus do Guamá, que somente foi fundada em 2 de julho de 1957 com diversas faculdades isoladas em Belém, já se produzia ciência na região amazônica no campo dos historiadores e se debatiam as questões regionais e locais mesmo que forma tímida no espaço amazônico.

Por outro lado, cabe-se ressaltar que os docentes da Faculdade de História do Campus Belém, produzem pesquisas no campo da História da Amazônia e com foco no estado do Pará, por exemplo, a Faculdade de História possui 19 docentes pesquisadores que dialogam sobre a região amazônica em diferentes períodos históricos, aproximando deste espaço com temáticas variadas. Fazendo-se uma busca no currículo lattes de professores como: Aldrin de Moura Figueiredo¹⁹, Antônio Otaviano Vieira Júnior²⁰, Cristina Donza Cancela²¹, Décio Marco Antônio de Alencar Guzmán²², Magda de Oliveira Ricci²³, Edilza Joana Oliveira Fontes²⁴, Márcio Couto Henrique²⁵, William Gaia Farias²⁶, Rafael Ivan Chambouleyron²⁷, Maria de Nazaré Sarges²⁸, Fernando Arthur das Freitas Neves²⁹, Franciane Gama Lacerda³⁰, Ypojucan Dias Campos³¹, José Alves Júnior³², José Maia Bezerra Neto³³, Karl Hein Arenz³⁴, Pere Petit Peñarrocha³⁵, Mauro César Coelho³⁶ e Dionísio Badaró³⁷ podem ser consultados artigos, produções voltadas para o ensino de história da Amazônia servirem de base para pensar as pesquisas de livros didáticos locais ou regionais.

A proposta do livro didático regional é para ser pensado dentro de uma perspectiva de história regional, no entanto, o título da obra didática “História – Pará”

¹⁹O Currículo Lattes do professor Aldrin Moura de Figueiredo é esse <http://lattes.cnpq.br/4671233730699231>

²⁰O Currículo Lattes do professor Antônio Otaviano Vieira Júnior é esse <http://lattes.cnpq.br/6764908679902300>

²¹ O Currículo Lattes da professora Cristina Donza Cancela é esse <http://lattes.cnpq.br/8393402118322730>

²² O Currículo Lattes o professor Décio Guzman é esse <http://lattes.cnpq.br/0656841754619406>

²³ O Currículo Lattes da professora Magda de Oliveira Ricci é esse <http://lattes.cnpq.br/4368326880097299>

²⁴ O Currículo Lattes da professora Edilza Joana Oliveira Fontes é esse <http://lattes.cnpq.br/9447513031256372>

²⁵ O Currículo Lattes do professor Márcio Couto Henrique é esse <http://lattes.cnpq.br/9096024504515280>

²⁶ O Currículo Lattes do professor William Gaia Farias Ricci é esse <http://lattes.cnpq.br/2553754490715388>

²⁷ O Currículo Lattes do professor Rafael Ivan Chambouleyron é esse <http://lattes.cnpq.br/7906172621582952>

²⁸ O Currículo Lattes da professora Maria de Nazaré Sarges é esse <http://lattes.cnpq.br/2076421409418420>

²⁹ O Currículo Lattes do professor Fernando Arthur Freitas é esse <http://lattes.cnpq.br/1491729914353266>

³⁰ O Currículo Lattes da professora Franciane Gama Lacerda é esse <http://lattes.cnpq.br/1007392320101957>

³¹ O Currículo Lattes do professor Ypojucan Dias Campos é esse <http://lattes.cnpq.br/0380400211532063>

³² O Currículo Lattes do professor José Alves Júnior é esse <http://lattes.cnpq.br/0493030136179246>

³³ O Currículo Lattes do professor José Maia Bezerra Neto é esse <http://lattes.cnpq.br/7000143949499821>

³⁴ O Currículo Lattes do professor Karl Hein Arenz é esse <http://lattes.cnpq.br/0770998951374481>

³⁵ O Currículo Lattes do professor Pere Petit Peñarrocha é esse <http://lattes.cnpq.br/8376409779394321>

³⁶ O Currículo Lattes do professor Mauro César Coelho é esse <http://lattes.cnpq.br/7187368960757936>

³⁷ O Currículo Lattes do professor Dionísio Lázaro Poey Baró é esse <http://lattes.cnpq.br/8393402118322730>

foca-se apenas dentro de uma narrativa localizada neste estado amazônico, não se articula com outros espaços e experiências coletivas nesta região, a saber: a Amazônia acreana, a Amazônia roraimense, a Amazônia amapaense, a Amazônia amazonense, e a Amazônia rondoniense e a Amazônia tocantinense, conforme apresenta-se quando a proposta de História está vinculada a uma concepção de História Regional. Trata-se de uma história que valoriza os documentos escritos ou iconográficos, diminuindo a ênfase na verdade exclusiva da narrativa como discurso competente para a construção do saber histórico (Guia do Livro Didático, 2007, p. 246).

Por outro lado, reafirma-se que a proposta didática se inclina para perpetuar uma história narrativa cronológica como marca de sua leitura da “História do Pará”, tem se a intenção de apenas dialogar com o movimento do Anel através do par passado-presente como chave de leitura para construir uma perspectiva histórica dentro do espaço escolar.

A metodologia proposta, em alguns momentos, reforça o conteudismo. Trabalhando com a cronologia linear clássica da História da Amazônia e do Brasil, o livro propõe-se a ser específico na abordagem dos temas de cada período, no sentido do presente-passado. Dessa forma, embora valorize os conteúdos, não deixa de ressaltar o aspecto da visão crítica do presente em relação ao que está sendo trabalhado no passado (Brasil, 2007, p. 246).

A escritora Renata Paiva (2007) ainda apresenta as imagens sobre a região amazônica, especificamente o Estado do Pará a partir de uma representação clara da visão europeia, a autora Paiva (2007) não faz crítica ao período exposto no livro e resume a visão do estado, apenas a um olhar de turismo, ressaltando suas riquezas com olhar de lucro dos exploradores europeus, não se contrapondo a colonização.

Uma informação importante a ser evidenciada da autora Renata Paiva (2007) é a que está escrita na contracapa do livro didático regional, as suas credenciais acadêmicas são as seguintes: Bacharel e Licenciada em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). Foi ex-professora da rede particular de ensino fundamental e médio. Portanto, é uma “estrangeira” falando sobre o espaço amazônico, sobre o estado do Pará, sobre as vivências, confrontos de culturas e outros lugares de viver e estar na Amazônia. Cabe-se questionar por que o Ministério da Educação (MEC) não chancelou uma produção didática a partir de autores amazônicos que vivenciam a realidade e os modos de vida

dos povos da floresta? Pois, existem diversas instituições públicas federais, como: a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Universidade Federal do Acre (UFAC), a Universidade Federal de Roraima (UFRR), a Universidade Federal do Amapá (UFAP), a Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e a Universidade Federal do Tocantins (UFT) que desde os anos 50 do século XX produzem pesquisas sobre a nossa região.

As narrativas de viagens possuem um olhar preconceituoso sobre o homem, a cultura e a natureza amazônica. O olhar dos viajantes deve sim aparecer nos livros didáticos, porém como fonte de problematização, para se fomentar uma sociedade mais crítica. No que diz respeito aos saberes e cultura que permeiam até os dias atuais sobre a região amazônica, são resquícios do período colonial, um exemplo desse preconceito é achar que no Pará, indígenas andam nus, e que animais como onça, por exemplo, são comuns estarem nas ruas, porém sabemos que fazem dessas narrativas dos viajantes, que trazem nas suas narrativas imagens pré-concebidas sobre o outro, olha sobre Amazônia como uma terra de povo “selvagem”. Por isso, é importante defender a preservação da floresta, do homem amazônico e da sua cultura local, para que imagens como essas cristalizadas na sociedade brasileira revivem projetos políticos de que a Amazônia precisa ser internacionalizada, saqueada e destruída por um determinado grupo social.

Outro ponto importante se analisar sobre as reproduções dos livros didáticos, e que eles reproduzem uma história única, talvez pelo fato de serem a maioria das editoras da região do sul e sudeste do País, será esse o principal motivo ou seria político? Então, bem se sabe que os livros didáticos, é a representação dos contextos políticos dominantes, que inviabiliza a história regional, das regiões, como o norte e nordeste.

Nos livros didáticos sobre a região amazônica, os autores por exemplo não são da região, o que acaba, perpetuando o mesmo olhar dos viajantes, neste processo a região do sul e sudeste do Pará, onde está localizada a cidade de Marabá, também não é de diferente, os destaques sobre a região de uma Marabá resumida somente as violências dos campos e a guerrilha do Araguaia, sabemos que a história de nossa região é muito além disso.

Considerando esse contexto, cabe um desafio para os escritores e pesquisadores de livros didáticos regional. Pensar para além das margens

estabelecidas pela lógica nacional, da história única, que se torna um perigo na repetição de preconceito, racismo e outras visões das raízes escravagista.

Nossa pesquisa pode avançar em outro momento para identificar o uso do didático regional a ser feito em sala de aula, bem como analisar uma aula de História local ou História Regional na cidade de Marabá sobre temas amazônicos. Podemos avançar no sentido de construção de uma consciência histórica local e regional a partir da disciplina Estudos Amazônicos ou de uma discussão nas séries iniciais do ensino fundamental como o produto cultural analisado neste trabalho de conclusão de curso para o 3º e 4º ano.

Portanto, espera-se que nossa pesquisa pense a partir da discussão ensino de história e fontes históricas no espaço de escolar, a saber: os relatos de viajantes, um olhar crítico sobre a vida de europeus para a nossa região. Assim, formam-se no interior do espaço escolar cidadãos com historicidade para entender o se ensinar História no espaço escolar.

REFERÊNCIAS

- ALVES, D. **Estudo(s) de Problemas Brasileiros**: a história de uma disciplina conflituosa e vigiada (1969-1993). Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Pará. Belém, 2022.
- ALVES, D. **Estudos Amazônicos e seus livros didáticos** (1990-2000). Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2020.
- BITTENCOURT, C. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2019.
- Propostas Curriculares de História: Continuidades e Transformações. In: Barreto, Elba (org.). **Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras**. Editora Autores Associados: Fundação Carlos Chagas: Rio de Janeiro, 2000. [coleção formação de professores].
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – História e Geografia**. Brasília: Ministério da Educação, 1998.
- BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum**. Brasília: Ministério da Educação, 2017.
- BURKE, P. **A escola dos Annales - 1929-1989**: a revolução francesa na historiografia. São Paulo: Unesp, 2009.
- BURKE, P. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CAINELLI, M.; SCHMIDT, M. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2011.
- CHAMBOULEYRON, R. **A prática dos sertões na Amazônia colonial (século XVII)**. Revista Outros Tempos, vol. 10, n. 15, 2013.
- CHOPPIN, A. **História dos livros e das edições didáticas**: sobre o estado da arte. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.
- CRUZ, S. **Professor polivalente**: profissionalidade docente em análise. Curitiba: Appris, 2017.
- DEMO, P. **Educar pela pesquisa de Pedro Demo**. Campinas: Editora Autores Associados, 1996.
- FONSECA, S. **Didática e Prática Pedagógica do Ensino de História**. Papyrus: São Paulo, 2011.

FAZENDA, I. **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.

GASPARELLO, A. **Livro didático e história do ensino de história:** caminhos de pesquisa. In: GALZERANI, Maria Carolina Bovério; BUENO, João Batista Gonçalves; PINTO JÚNIOR, Arnaldo. (orgs.). Paisagens da pesquisa contemporânea sobre o livro didático de História. Jundiaí-SP: Paco Editorial; Campinas-SP: Centro de Memória/ Unicamp, 2013.

GATTI JÚNIOR, D. **A escrita escolar da História:** livro didático e ensino no Brasil (1970-1990). Bauru-SP: Edusc, 2004.

GHEDIN, E.; FRANCO, M. **Questões de método na construção da pesquisa em educação.** São Paulo: Cortez, 2008.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2010.

JUPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e a patologia do saber.** Rio de Janeiro: Imago, 1976.

MATHIAS, C. **O ensino de história do Brasil:** contextualização e abordagem historiográfica. Revista Unisinos, 2011.

MENEZES NETO, G. **Da “História do Pará” aos “Estudos Amazônicos”:** os livros didáticos regionais entre produções e usos (séculos XX-XXI). Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

MUNTEAL FILHO, O.; FREIXO, A.; VENTAPANE, J. **Tempo Negro, Temperatura Sufocante:** Estado e Sociedade do Brasil do AI-5. Rio de Janeiro: Contra Corrente, 2008.

NEVES, J. **Reflexões sobre o ensino de História:** discussões de algumas proposições de Jacques Le Goff. Revista História & Ensino, Londrina, v. 9, p. 157-170, 2007.

SAVIANI, D. **A lei da educação: LDB** [livro eletrônico]: leis, limites e possibilidades. Campinas, SP: Autores Associados, 2019,

SILVA, H.; SILVA, L. **Legislação e instituições gestoras da política do livro didático entre os anos 1971 a 2017.** XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PE, Pernambuco, 2018.

TEIXEIRA JR, T. **Ditos e Escritos sobre os estudos amazônicos, no ensino básico do Estado Pará.** bilros, v. 7, p. 14-24, 2016.

TEIXEIRA JR, T. **Estudos Amazônicos:** Ensino Médio. 3ª edição, Belém: Paka-Tatu, 2022.

TEIXEIRA JR, T. **Estudos Amazônicos:** Ensino Fundamental. 1ª edição, Belém: Paka-Tatu, 2010.